

06/06/97  
22/9/97  
195

# Parque Nacional da Tijuca

SÔNIA PEIXOTO

“Vínhamos subindo a Estrada do Re-dentor, depois de muitas curvas chegamos ao mirante. A névoa que cobria o Pico da Tijuca ia se dissipando e de repente saltaram aos olhos as enormes feridas da floresta desmornada. Esfregava os olhos, não conseguia acreditar. A devastação no Parque Nacional da Tijuca foi assustadora: estradas totalmente bloqueadas, laguinho destruído, córregos fora dos leitos, toneladas de madeira e pedras espalhadas ao longo dos desabamentos.”

Assim, o ex-secretário municipal de Meio Ambiente Alfredo Sirkis descreve a situação verificada em fevereiro de 1996, após as chuvas torrenciais, na apresentação do livro “Trilhas do Rio”. Ainda faltaria colocar: perda de cerca de 145 mil árvores e arbustos, pessoas sitiadas em áreas de risco, pistas desmornadas e o Açude da Solidão totalmente assoreado. Era a catástrofe e o dia da posse da nova administração do Parque Nacional da Tijuca.

No momento da emergência as decisões foram tomadas e, naquela ocasião, talvez por conta do risco da perda de um patrimônio tão caro à cidade do Rio de Janeiro, verificou-se um corpo de baile harmonioso agindo em prol de um objetivo comum: salvar a floresta. Órgãos públicos (e não importando de quais esferas), organizações não-governamentais, pesquisadores, empresários, as comunidades do entorno, todos unidos, todos com um sentimento de vamos virar a situação. O açude foi desassoreado, 13 obras de contenção realizadas, as pistas novamente prontas ao acesso, árvores nativas sendo plantadas, executados mutirões para a retirada dos escombros, a sede do parque sendo transferida para o interior da floresta, além de ter sido elaborado e apresentado ao público um diagnóstico global da situação, acompanhado de projetos de recuperação. Surgiu o Workshop SOS Parque Nacional da Tijuca.

A união verificada na ocasião estabeleceu e fortaleceu os laços entre os vários atores sociais que interagem com o parque, como se dissessem em uníssono: agora, queremos ficar. Desde então encontra-se instalado, equipado e funcionando o Centro de Pesquisas Arqueológicas do Parque no Açude da Solidão; surgiu o Movimento Respira Floresta, hoje coordenado pela organização não-governamental Defensores da Terra, objetivando a limpeza das trilhas e o estabelecimento de um plano de uso e de adoção das mesmas. Nesse movimento estão envolvidos órgãos governamentais e vários grupos, entre empresários, associações de moradores e organizações não-governamentais que vestem a camisa da floresta.

E quanto aos projetos? Com os recursos financeiros oriundos do Programa Nacional de Meio Ambiente/Ibama estamos realizando, em parceria com o Laboratório de Geodroecologia da UFRJ, o reflorestamento do Pico da Tijuca; a equipe de Arqueologia do Museu Nacional vem resgatando a memória histórica da Unidade de Conservação; a organização não-governamental Grude trabalha com os meninos das comunidades no programa Monitores Ambientais. Recentemente, em concurso realizado pelo Funbio (Fundo para a Biodiversidade), o parque recebeu o primeiro lugar com o projeto de Elaboração do Modelo de Gestão Participativo, concebido pela administração da unidade em parceria com o Iser, com início previsto para o mês de outubro. A Universidade Estácio de Sá elaborou, gratuitamente, vídeos institucionais sobre a situação do parque; as capelas Silvestre e Mayrink foram reabertas aos visitantes; o grupo de Escoteiros da Floresta da Tijuca desenvolve atividades de conscientização ambiental com os visitantes da floresta; o Centro

de Visitantes estará pronto e equipado até o início do próximo ano, proporcionando aos visitantes um local de cultura e educação ambiental no interior do parque; o projeto Trilha Transcarioca estará sendo executado em parceria com a Secretaria municipal de Meio Ambiente e, a primeira etapa, será justamente a recuperação das trilhas do Parque Nacional da Tijuca. Aliás, com relação a essa secretaria, basta que gritemos socorro! Outra iniciativa pioneira é a realização do Workshop Meio Ambiente e Espaços Sagrados, objetivando compatibilizar as práticas religiosas com a conservação ambiental. Este evento conta com 70 participantes entre lideranças religiosas, pesquisadores, organizações governamentais e não-governamentais, entida-

des da sociedade civil e ambientalistas. Além disso, estamos em vias de resolução do crucial problema do parco contingente de pessoal especializado que, através da celebração de convênio com instituição de fomento à pesquisa, possibilitará novas contratações.

O passivo era razoável e, para darmos conta da tarefa de modernização e recuperação da unidade, estão

sendo normatizados os usos e as ocupações de instalações e de serviços (tais como antenas e restaurantes), incluindo os setores Corcovado, Pedra Bonita-Pedra da Gávea e Floresta da Tijuca, realizando, dentre as várias intervenções previstas, a revisão geral dos contratos. Para tanto estamos mobilizando parceiros importantes como o Ministério Público, o Ministério das Comunicações, a Polícia Federal, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, as organizações não-governamentais e demais instituições que possam colaborar com esse objetivo. É o caso, por exemplo, do Hotel das Paineiras, cujo abandono nos causa verdadeiro repúdio.

Ressalta-se que o contrato do referido hotel foi firmado fora do âmbito do Ibama.

Além do exposto, há uma novidade no sistema de gerenciamento das unidades de conservação federais no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, a união das administrações dos parques, reservas e Apas federais do estado criou o primeiro Núcleo de Regional de Unidades de Conservação, com o apoio da presidência do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente, proporcionando maior agilidade e transparência na aplicação de recursos financeiros, decisões técnicas tomadas a partir do envolvimento de equipes multidisciplinares, bem como o estabelecimento de um muro contra a nefasta prática do clientelismo e das interferências das redes de interesse e de pressão.

E os problemas de limpeza e segurança? As medidas cabíveis, os editais para a contratação de empresas especializadas, em breve serão anunciadas. Entretanto, pergunto: serão mesmo esses os problemas cruciais? Será que o maior desafio não é alcançarmos a auto-sustentabilidade, implantarmos um novo modelo de gestão e daí passarmos para a construção de um novo paradigma ambiental? Penso que sim. O parque, após um vasto e criterioso diagnóstico das situações técnica, jurídica e fundiária, abrangendo a análise dos concessionários, permissionários e da própria operacionalização da arrecadação, mostrou-se rentável. É justamente isto o que fizemos: diagnosticamos, definimos prioridades e, no momento, estamos em vias de implantação do novo modelo gerencial.

Para finalizar, coloca-se a grande questão: afinal, de quem é a responsabilidade na conservação do Parque Nacional da Tijuca? Respondo, com absoluta certeza: além de todas as esferas governamentais, de todos nós — da Humanidade.

SÔNIA PEIXOTO é chefe do Parque Nacional da Tijuca.

... agindo em  
prol de um  
objetivo  
comum: salvar  
a floresta